



VIII Seminário Nacional
de Sociologia & Política

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

VIII Seminário Nacional Sociologia & Política

Maio, 2017, Curitiba

Grupo de Trabalho 01

A REORGANIZAÇÃO DAS ELITES DIANTE DA DESORGANIZAÇÃO DO SISTEMA
LATIFÚNDIO/MORADIA NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA



VIII Seminário Nacional
de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

A reorganização das elites diante da desorganização do sistema latifúndio/moradia no Cariri
Ocidental da Paraíba

Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo¹

Jéssica da Silva Vieira²

Resumo:

O presente estudo é parte da pesquisa realizada no Mestrado em Ciências Sociais da UFCG, tendo por objetivo analisar as relações entre a posse da terra e sua função social, econômica e política, estabelecendo relações com o fenômeno da perpetuação do poder local das históricas famílias políticas no Estado da Paraíba. Buscou-se, assim, responder como as famílias políticas tradicionais utilizam-se do capital econômico e das estruturas do latifúndio para processos de arregimentamento eleitoral? Com base nesta questão-problema, e utilizando-me da metodologia qualitativa, entrevista semiestruturada e trabalho de campo, constatou-se que as famílias tradicionais exerceram forte influência no sistema latifundiário-moradia. E que os impactos nesse sistema e modo de vida também alteraram a configuração e as relações de poder na dinâmica da política local.

Palavras-chave: Elites locais; Poder político; desorganização do sistema latifúndio/moradia.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, Professora substituta na Universidade Federal de Campina Grande/CDSA, Professora supervs kcmcruz@yahoo.com.br.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, professora do ensino médio, jessicasvieira4@gmail.com



A REORGANIZAÇÃO DAS ELITES DIANTE DA DESORGANIZAÇÃO DO SISTEMA LATIFÚNDIO/MORADIA NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA

De acordo com Houaiss (2001), o termo latifúndio (do latim *latifundium*,ⁱⁱ) refere-se à:

- 1) “entre os antigos romanos, grande propriedade rural pertencente à aristocracia, na qual, à custa da força do trabalho escravo, praticava-se o cultivo da oliveira, da vinha e a criação de animais” e
2. “vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas e/ou de áreas onde se pratica um tipo de cultura que não exige grandes investimentos”. Nas duas acepções, e de modo diverso de muitas utilizações contemporâneas do termo, o latifúndio se define tanto pelo tamanho da propriedade como por um modo de produzir na terra. Se por um lado, entre os romanos, o termo latifundiário denominava o uso do trabalho escravo no cultivo da oliveira, da vinha e na criação de animais, na acepção mais geral, significa um modo de produção não capitalista.

No semiárido brasileiro, o tipo de latifúndio mais encontrado alude às extensões de terra cuja produção é feita sob modos de cultivo de baixo investimento. No caso do Cariri Ocidental da Paraíba e, em especial na cidade de Serra Branca, o predomínio é da cotonicultura que, juntamente com o gado e a policultura alimentar, tornou-se a base da economia da região, sendo estas culturas responsáveis em grande parte pelo processo de povoamento do interior paraibano e, de forma mais determinante, do povoamento do Cariri Ocidental.

Dessa forma, o processo de povoação da região do Cariri e as relações sociais que foram estabelecidas no entorno da posse da terra, uma vez que o latifúndio não está demarcado apenas pela posse da terra e de sua extensão, mas também por todo um modo de vida dos atores sociais envolvidos e suas relações mais intensificadas por questões sociais, tais como: patriarcado; clientelismo; relações entre o morador da terra e o proprietário; as relações de trabalho estabelecidas como a figura do vaqueiro, responsável por cuidar do rebanho com base no regime de quarteação; à presença de parceiros e arrendatários; etc.

Nesse viés de raciocínio, procurou-se refletir sobre a influência que esse processo de povoamento teve na consolidação de grupos político, que usaram o poder da terra para traçar a vida política naquela região, e permanecer no cenário político do Estado da Paraíba.



1.1 As forças desorganizadoras do sistema latifundiário/moradia

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 103), a partir da década de 1970 ocorreram fortes modificações no processo de produção rural na Paraíba, intensificando o processo de desorganização do sistema latifúndio/moradia, processo este que emergiu e se solidificou por meio de uma série de fatores climáticos e sociais, tais como: transformações na estrutura agrária após a crise do sistema pecuária/algodão/sisal/culturas alimentares/moradia/latifúndio, além das mudanças ocorridas com a industrialização das lavouras, avanço da pecuária em relação a lavouras temporárias, mudanças na política de trabalho assalariado com relação ao sistema de moradia e que deram origem a toda uma mudança nas relações do processo de produção e de posse da terra.

De acordo com Mello (2002, p. 158), na década de 70 até mesmo as administrações estaduais eram motivadas pelos fomentos agrícolas. Entretanto a partir de meados da década de 80 o meio rural da Paraíba, no que se refere às lavouras de cana-de-açúcar, ao setor algodoeiro e ao sisal, sofreram drásticas mudanças diante da crise econômica e mudanças estruturantes no Brasil, o que acarretou nas formas desorganizadoras do sistema latifúndio/moradia. E para além dessas mudanças, Moreira e Targino (1997, p.125), elencam outros fatores desestruturantes do sistema latifundiário, como: a) **Fatores Políticos e econômicos:** i) diminuição do crédito fundiário e cobrança das dívidas por parte do Governo Federal, ii) cobrança mais incisiva dos débitos das empresas junto ao INSS e da receita Federal, iii) elevação nos custos da produção da lavoura e dos preços dos transportes, iv) crescimento do agronegócio; b) **Fatores sociais:** i) perda do poder político e econômico da burguesia canavieira nordestina, ii) mudanças nas relações de trabalho promovidos pelas usinas, iii) organização sindical dos trabalhadores, iv) êxodo rural; c) **Fatores naturais e climáticos:** i) grandes períodos de estiagem na região, ii) estagnação da pecuária, iii) pragas de insetos como a praga do bicudo que dizimou grande parte das lavouras de algodão no estado, dentre outros problemas.

Todas essas mudanças no sistema latifundiário, marcado tanto por relações de poder, como o fim e/ou transformação no sistema coronelista, e, em seguida, as transformações ocorridas no meio rural, acima apresentadas, dão origem a uma nova forma da relação entre



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

os donos da terra e a sua forma de manter-se no poder, no modo de fazer política das elites locais.

Como Oliveira (1981, p. 35) pontua, antes da desorganização do latifúndio, no Nordeste algodoeiro-pecuário, “coronéis do algodão, pecuária [...] são os agentes e a forma da estrutura do poder”. Contudo, as fortes transformações ocorridas no meio rural, especificamente na desorganização do sistema latifúndio/moradia, foram impulsionadoras das mudanças na relação com a terra e todo o fazer social e, sobre sua relação com as elites locais, que diante do fato reelaboraram o seu papel de elite local, se reinventando através de seu próprio fazer político e das relações com a população.

Como acontecia em todo o sistema oligárquico do país, nos municípios os coronéis³ decidiam a política local. Então, o coronelismo caracterizava-se como um fenômeno político e social, com raízes na tradição patriarcal brasileira e na estrutura agrária, onde se definia certas práticas políticas e sociais próprias do meio rural brasileiro, com seus subprodutos de pobreza, ignorância e dependência social.

A família Gaudêncio, como objeto deste estudo social, propiciou adentra as relações da posse da terra e a trama com as estratégias políticas, não apenas no município, mas entre as diversas camadas administrativas e sociais, onde na maioria das ações agia sob as práticas coronelistas de mando descritas por Leal (19780).

Para pensar essas estratégias políticas foram desbravadas as fronteiras entre as relações de poder exercidas pelos membros das famílias, e a construção do espaço de atuação destes, denominado de “campo social” de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu (2010, p.7). Nesse sentido, campo simbólico referenciou o espaço construído por relações de força que confluem em *habitus*⁴e poderes simbólicos. E, por poder simbólico entendeu-se:

Uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito,

³A expressão coronelismo foi definida por Victor Nunes Leal, em 1949, referindo se aos fazendeiros que recebiam a patente militar no período imperial. A partir da instalação da chamada República Velha (1889 - 1930), estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta.

⁴O conceito de *habitus* em Bourdieu (2010, p.61) seria “a espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de relacionar para se orientar e se situar de maneira racional no espaço.” O *habitus*, a partir da crença de todos que vivem em determinado espaço, não possui origens, ele é simplesmente. A mentalidade política, as práticas discursivas e a disputa pelo poder passam a ser naturais no espaço a partir da crença do mesmo exercício do poder



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2010,p.7-8)

Dessa forma, a família Gaudêncio, inserir-se em uma disputa que Moreira (2012, p.33) denomina de busca pela “chefia suprema”. A estrutura política social desta busca, em que o poder de mando é o principal agente de legitimação de identidades, pode ser avaliada a partir do estudo do conceito de “coronelismo”.

Como dito anteriormente, a partir da década de 1970 e meados da década de 80, o processo de transformação social nas médias e grandes propriedades, iniciou um cenário econômico e político no País, onde o latifúndio deixou de ser a forma social dominante das grandes propriedades. Nesse cenário, encontrava-se a família Gaudêncio, como representante legítimo do poder local na cidade de Serra Branca, sendo proprietária de grandes extensões de terras. Tendo seu nome inserido na política estadual e nacional, pelo seu poder como grandes proprietários de terra.

1.2 A Família Gaudêncio e a inserção na vida política partindo do acúmulo de capital econômico

A cidade de Serra Branca está localizada no Cariri Ocidental da Paraíba, tem uma área de 804 Km², distante 240 km da capital do estado – João Pessoa, e conta atualmente com uma população de 13.637 habitantes (IBGE 2016). Como em toda a região do semiárido brasileiro, Serra Branca reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos e pela resistência de sua população. Do ponto de vista climático, Serra Branca é marcada pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes e relativamente altas, pelo regime de chuvas definido pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo.

Como na maioria das cidades da Paraíba, em Serra Branca, o poder local foi fortemente marcado pelas relações de mando associado às grandes propriedades rurais que como em todo Cariri se destacavam pelo cultivo e venda do algodão. Pois, conforme Gurjão (1994, p. 20-21) nas fazendas de gado do Cariri, responsáveis pela estruturação inicial desses espaços havia se instituído relações de produção diversificadas e uma divisão interna do



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

trabalho que se adequaram à produção algodoeira. Nessas áreas, o cultivo de algodão facilmente expandiu-se favorecido pelo baixo custo de sua cultura, na medida em que requeria pouco investimento de capital, complementava a atividade pecuária, uma vez que o restolho da lavoura servia de alimento para o gado, além de adequar-se ao trabalho de “moradores”, “meeiros”, assalariados e pequenos proprietários.

Outrossim, o algodão também se adaptou ao esquema de trocas já montado nas áreas agropastoris, dinamizando-o, já que as tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência às feiras, passaram a comercializar também o algodão. Assim, a história da família Gaudêncio confunde-se com a própria história de Serra Branca, uma vez que o destino do município esteve por muitas décadas de forma direta nas mãos deste grupo familiar e político, que embora não se reconheça⁵ como grande proprietária de terra, e negue que o seu poder político tenha relação com a posse e o usufruto das fazendas, é dona de várias propriedades da região no entorno de Serra Branca.

A origem da família Gaudêncio, que primeiramente é a família Correia de Queiroz (MEDEIROS, T. D; MEDEIROS, M. D, 1989 p.15), é descendente de Pascácio de Oliveira Lêdo, sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo: "O conquistador dos sertões da Paraíba", tendo a família Correia de Queiroz como família de origem e Joaquim Correia de Queiroz, proprietário da fazenda Uruçú, como patriarca. Inicialmente a família era composta por duas ramificações da mesma linhagem, os “Correia de Queiroz” e os “Brito Maciel”, ambos os proprietários da fazenda Uruçú, grande extensão de terra as margens do rio Taperoá.

Entretanto, diante das querelas de parentela, a família que era única se separa dando origem a duas novas famílias: uma encabeçada por Higino da Costa Brito, décimo segundo filho de Antonio da Costa Romeu e a outra por Joaquim Correia de Queiroz que posteriormente passa por herança para Maria José de Queiroz (Dona Mariquinha), esposa de Manoel Gaudêncio de Queiroz.

A família só se torna de fato “Gaudêncio” a partir dos filhos de José Gaudêncio Correia de Queiroz, filho por sua vez de Maria José de Queiroz e Manuel Gaudêncio de Queiroz, que conforme informações de Moreira (2012, p.50) eram primos diretos e proprietários da fazenda Uruçú, no município de São João do Cariri. A família adotou a partir daí o sobrenome Gaudêncio Correia de Queiroz, família que anteriormente era apenas

⁵Através das entrevistas realizadas com membros da família Gaudêncio, os mesmos não associam o prestígio social e político da família à sua relação com a terra.



Correia de Queiroz, uma vez que “Gaudêncio” era nome próprio. Segundo (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M.D. 1989, p.14), o nome Gaudêncio passou a ser capital simbólico da família devido à influência de José Gaudêncio na política do Estado durante a oligarquia epítacista. Manoel Gaudêncio passou assim a batizar todos os seus filhos com o nome “Gaudêncio” como sobrenome.

Junto com as mudanças na produção algodoeira ocorreram também mudanças na relação de trabalho. Visto que com o fortalecimento do coronelismo em regiões algodoeiras no Estado da Paraíba, a produção algodoeira e as relações de trabalho estavam intrinsecamente ligadas à cultura política que perdurou durante a República Velha e teve permanências pós-1930.

1.3 Os “Gaudêncios” e a trajetória política

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes, e seus interesses são múltiplos. Em uma ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o *capital político-familiar* é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços nos quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar. Alves (2015) informa que:

[...] uma estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, levaria-os a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. (ALVES, 2015, p. 28)

Neste sentido, é após a inserção de José Gaudêncio na vida política, primeiramente enquanto juiz de direito e depois como senador, que a família Gaudêncio dá início a sua trajetória política e sua consolidação enquanto grupo oligárquico presente no cenário estadual, chegando a ocupar espaço no cenário nacional. Presente na vida política da região do Cariri há aproximadamente 100 anos, a família Gaudêncio despontou no cenário do poder local da então cidade de São João do Cariri e na disputa entre Britos e Gaudêncios, em Serra Branca e São João do Cariri.



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

A partir da indicação de José Gaudêncio ao senado, a então família Gaudêncio, que tinha como atividade principal as fazendas de algodão, assumiu uma trajetória política não apenas no estado, mas no cenário nacional. O que fez com que as relações de poder e, conseqüentemente, o modo de fazer política, da família Gaudêncio sofresse modificações. Pois, o poder político da família Gaudêncio que teve origem por meio do capital econômico advindo da propriedade rural, acompanhou as mudanças no cenário mundial: como a crise do sistema latifundiário que se intensificou com as mudanças da política da terra; como as transformações do sistema de moradia e as alterações nas relações naturais a exemplo da praga do algodão e a acentuação dos períodos da seca, moldando uma nova forma de fazer política, sendo agora através desse acúmulo de capital financeiro. Ou seja, a partir do momento que houve a ascensão política de José Gaudêncio de Queiroz, o Senador José Gaudêncio adquiriu influência política ao nível de estado visto à ligação com o governador do Estado. Isso proporcionou a família uma ascensão não só política, mas também patrimonial, a julgar pelos cargos políticos e funções públicas que a família começou a operar, eles começaram também a crescer territorialmente, no sentido de aquisição de outras propriedades, entre São João do Cariri e Serra Branca, como por exemplo a compra da Fazenda Areias que inicialmente era de propriedade de Joaquim Gaudêncio de Queiroz, mas foi vendida posteriormente ao um senhor chamado Antero da Cunha Torreão Junior, casado curiosamente com uma irmã de Joaquim Gaudêncio de Queiroz.

A família passou então a investir na terra não como meio de sobrevivência econômica, mas como forma de poder político, no intuito de ajudar a família nos momentos importantes das grandes disputas políticas, em especial, entre as disputas de poder de Brito e Gaudêncio pelo poder entre Serra Branca e São João do Cariri. A terra passou então a ser capital simbólico, capital de dominação. O poderio político do coronel estava aliado ao poderio fundiário. Possuidor de grandes fazendas enquanto base eleitoral.

A família Gaudêncio tem como uma de suas marcas principais, a capacidade de reinvenção da política, capacidade esta que se mostra clara na forma de se fazer política, primeiro pela quantidade de terras, depois pela influência que a quantidade de terras trazia numa disputa política como sinônimo e instrumento de força política e, por último, essa reinvenção da política através do populismo. Uma nova forma de fazer política foi marcada, a família começou a se mantêm no poder público através do populismo e das alianças conquistadas.



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

Como uma família tradicional, a família Gaudêncio em Serra Branca, possuía sobre o espaço do município as melhores terras, o maior número de trabalhadores atuando em suas terras – em uma determinada época do ano queimando o sisal e em outra plantando e colhendo o algodão, o milho e o feijão. Portanto, foi do "tronco" que essa família exerceu domínio e poder sobre as relações trabalhistas locais, que se tornou historicamente reconhecida como a “possível nobreza” da região e, posteriormente, assumiu o poder do município. Fazer parte dessa família ou ter o mesmo “sangue”, é possuir capitais simbólicos que tornam esses agentes diferentes dentro do campo político, visto que a família Gaudêncio em Serra Branca está na vida política da cidade desde muito antes de sua fundação, e em 56 anos de trajetória política da cidade, e conforme dados dos registros do TRE/PB, 40 anos foram sob administração política desse grupo, tendo apenas pequenos episódios de interrupções por derrotas eleitorais.

Ao longo de toda a história de Serra Branca, são inegáveis a influência e o domínio político da família Gaudêncio através da liderança política de seus representantes. Uma família que teve seu nome na política não apenas no Estado da Paraíba, mas também a nível Federal. Os Gaudêncios construíram seu patrimônio político a partir da construção de seu patrimônio territorial, posto que na década de 1980 torna-se a maior detentora de terras da região. Como em um jogo de cartas marcadas, o chefe da família elitizada financiava o estudo dos filhos nos maiores centros, como a cidade de Recife e João Pessoa e assim, quando formados os filhos serviam como elo crucial entre o município e o sistema político a nível estadual e nacional. A consolidação da estratégia consistia em manter a dominação do município de São João do Cariri e, por consequência dos fatos conforme anteriormente apresentados, de Serra Branca. Por fim, já com os filhos bacharéis, médicos e padres, a família Gaudêncio projetava as redes políticas de base familiar em cada camada de detenção de cargos políticos e burocráticos.

Conforme Maia (2013), a partir da década de 1970 até meados da década de 1980, intensificou-se o processo de transformação social nas médias e grandes propriedades, após a desorganização do sistema latifúndio/ algodão/ pecuária/moradia, iniciando um novo cenário econômico e político no país. Nesse novo cenário, as tradicionais formas de dominação como o coronelismo, são substituídas por outras formas, conforme Leal (1997,p.17-18). Essas transformações não significaram o fim do “coronel”, pois o mesmo



VIII Seminário Nacional
de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

surge na figura do doutor, do comerciante ou do industrial. Para o autor referido acima, a figura do “dono do poder” está em um processo de “evolução natural”,

[...] corresponde a uma quadra da evolução de nosso povo. É uma quadra que por si mesmo, nunca se reproduz ou se repete, só se pode encontrar bem refletida na velocidade dos instantâneos [...] Dia a dia o fenômeno social se transforma numa evolução natural [...] (LEAL, 1997, p. 17-18).

Para Bursztin (2008, p.32), “o velho coronel encontra uma forma de prolongar sua vida, a qual estaria, em tese, condenada pela própria evolução do capitalismo”. Para Bursztin (2008, p.49) o Estado se torna o regulador ativo, visando o desenvolvimento direto do setor agrícola enquanto estrutura produtiva, com instrumentos como o apoio ao crédito rural, fortalecimento do cooperativismo. Essas transformações foram fortemente sentidas no nível de estrutura fundiária, pois as alterações nas relações de produção causam tanto mudanças quantitativas quanto qualitativas. Entretanto:

A ação recente do estado do Nordeste, seja por meio da Sudene, das agências já existentes há algum tempo (Dnocs, Codevasf, etc), e que passaram por uma transformação substancial, seja por meio dos organismos de política foram criados mais recentemente caracteriza uma tendência recente, à ruptura do monopólio, em termos de poder político do bloco hegemônico tradicional na região. Entretanto, a estratégia adotada pelo estado representa ao mesmo tempo um mecanismo de reforço de coronéis. Ou melhor, trata-se de um processo simultâneo em que o estado inviabiliza parcialmente o coronelismo ao mesmo tempo que uma boa parte dos coronéis sobrevive graças ao estado. (BURSZTIN, 2008, p.54)

Neste contexto, a família Gaudêncio buscou estratégias para a construção da relação com os munícipes e eleitores, construindo uma trajetória fortemente arraigada na forma de poder carismático, em que demonstrava simplicidade, mas, ao mesmo tempo, exercia dominação.

A partir da ruptura com o modo coronelista do fazer político, essa família buscou novas formas de fazer política, ora dando emprego para diversas pessoas nos setores que exercia influência, ora trazendo para a cidade equipamentos públicos, como agências bancárias, postos do Instituto Nacional de Seguridade Social, etc. Ou seja, sempre usando práticas assistencialistas e/ou clientelistas para manter-se no poder, diante do fato de que o poder agora não mais viria apenas pela influência e dominação propiciado pela terra, foi instituída uma forte ligação entre as pessoas da cidade de Serra Branca e à liderança da família Gaudêncio.



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

O poder da família não veio somente da terra e dos laços de parentela, ele veio da força invisível que fez com que a sociedade legitimasse esse poder. Onde fica evidenciado o desejo de autonomia local para perpetuação do mandonismo e os recorrentes laços entre as famílias da elite para continuarem no poder. No caso da família Gaudêncio, conforme Moreira (2012, p. 21), a produção algodoeira e seu escoamento eram a garantia do poder da família que a partir de redes de informações e de reuniões partidárias conquistavam cargos-chave na administração do Estado. Lewin (1993, p.113) denominou esta estrutura de “sistema político de base familiar da Paraíba”, onde prevalecia a lealdade ao grupo e o caráter “quase corporativo da parentela”. O nome da família passou a fazer parte do imaginário social, o grupo familiar fixou seu poder e partiu para a disputa política.

Pela necessidade do controle rígido imposto pela elite para o cultivo do algodão, a população de Serra Branca era controlada pelo mandonismo que caracterizou a política não apenas na cidade ou na Paraíba, mas na região do Nordeste. Fazendeiros e pequenos agricultores criaram laços de dependência que se manifestaram na cultura política local. E segundo Moreira (2012, p.93), Serra Branca torna-se um “curral” para a família Gaudêncio, que começa a ver em Serra Branca “uma nova casa” para atuação política, ao invés vez da “improdutiva” cidade São João do Cariri, tornando assim Serra Branca como identidade dos Gaudêncio.

Segundo Monteiro (2016), os herdeiros e as forças dos capitais no jogo político das elites na Paraíba, onde o autor discutiu as dinâmicas das elites políticas e as formas de circulação nos mais variados espaços de controle do Estado. As famílias constroem uma estrutura de poder político e econômico, os “privilégios” e a “hereditariedade” prevalecem no Estado, porém mascarados pela lógica liberal de competição e pelo discurso do “mérito”, estes escondem o acesso desigual às instituições. A política se torna, portanto, o espaço dos “privilegiados” que controlam partidos, mídia e outras instâncias – como os equipamentos sociais públicos – que transformam em “lugares de memória” e se perpetuam em sua dimensão simbólica.

Poder político que se estruturou na cumplicidade entre o poder público e o poder privado, a partir da inserção das famílias políticas nas mais variadas instâncias de poder e de controle do Estado. São famílias que historicamente controlam cartórios, as melhores e maiores extensões de terras, empresas, escritórios de advocacia, postos no ministério público e no poder judiciário, cargos de conselheiros dos tribunais de contas, faculdades particulares e, atualmente, autarquias de governos, aparato midiático (jornais, rádios e televisão) dentre



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

outros. Trata-se, portanto, de um poder que se estrutura não somente através de uma família, mas na relação reticular de malhas e camadas que constituem as redes familiares de dominação política no Estado. (MONTEIRO, 2016 p. 56).

Entretanto, nas últimas décadas e, em especial entre 1970 e 1980, a família Gaudêncio gradativamente perdeu representantes políticos no cenário estadual e nacional, e embora o poder político continue em Serra Branca, os mesmos contam com baixa representatividade em cargos eletivos.

Uma das grandes questões levantadas na pesquisa foi investigar se essa redução da família na política se dá ou não mediante as mudanças ocorridas no período que se compreendeu aqui como a intensificação da crise do sistema latifúndio/moradia. Tentou-se também compreender, a partir de então, como os representantes dessa família se percebem enquanto detentores “legítimos” da representação do poder público local.

Nas últimas décadas, a família vem buscando seu reinventar político, agora não mais pelo poder advindo das grandes propriedades produtoras de algodão, mas por um modo de fazer política que proporcione a continuidade da família tradicional, que através das entrevistas coletadas dão base de sustentação na ideia da “fundadora do município”, a quem cabe legitimamente ocupar os espaços do poder público.

A família Gaudêncio não faz mais o uso do poder e do capital econômico⁶ advindo das propriedades produtoras de algodão que lhe permitiu por tantas décadas manter o poder do capital social e suas inúmeras redes de relações sociais que proporcionavam benefícios em sua posição e, em muitas vezes, a submissão de pessoas em busca dos favores nos equipamentos do Estado, enfraquecendo assim o acesso aos cargos políticos.

Nas últimas décadas a família passa por inúmeras transformações, porém tem buscado, diante dessas questões, o seu reinventar político através de novas experiências. Na procura desse novo fazer político, um dos desafios da família, de acordo com alguns de seus

⁶Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. O capital econômico, sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.



VIII Seminário Nacional de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

membros, é o surgimento de um novo líder, que seja capaz de unir e fortalecer a família. Conforme as falas abaixo apresentadas, quando em especial se perguntou quais as principais causas por eles atribuídas a baixa na representatividade política da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe compreender que o processo de transformação política correm de forma constante e dinâmica, o trabalho busca compreender modo de fazer política da família Gaudêncio e o modo como a própria busca se reinventar constantemente no intuito de continuar no poder local baseado na “sujeição do outrem”, daqueles que vivem e sobrevivem da dependência dos dominantes, dos pertencentes à ortodoxia política local; portanto por meio desta prática política e de dependência demonstrei a perda da autonomia por partes dos agentes sociais e com isto a morte da alteridade, ou seja, destes que vivem e sobrevivem dos favores e da dependência por parte das lideranças locais.

Ao analisar as transformações do fazer político da família Gaudêncio, no contexto de mudanças estruturais importantes, foi possível perceber permanências e também criações de novas formas sociais, que se entrelaçam nas narrativas e elaborações dos próprios membros desta família. A análise da família Gaudêncio permite recusar a visão de uma política imobilizada, presa ao passado, já que os próprios entrevistados narram transformações e os modos que elaboraram para compreendê-las. Mas essas mudanças só podem ser apreendidas no quadro das permanências e dos capitais acumulados. Com este trabalho, portanto, não foi minha pretensão esgotar os questionamentos e, nem tampouco, dar uma resposta fachada aos questionamentos por mim levantados.



VIII Seminário Nacional
de *Sociologia & Política*

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853- 1889): a força política das famílias tradicionais. Curitiba: Nova Letra, 2015.

BOURDIEU, _____ Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11ª ed.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond: Fortaleza: BNB, 2008.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001

IBGE, Censo demográfico 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br acesso em 17 de janeiro de 2016.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3º ed. São Paulo: ed. Nova Fronteira; 1997.

MAIA, Kaliane de Freitas. O “Agronegócio sertanejo”. (Re) pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB, Semiárido Nordestino. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2013.

MONTEIRO, José Marciano. Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto- Rêgo em Queimadas/Paraíba. Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.)

_____, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). Campina Grande – PB, 2016. 289 f., il. color. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

MOREIRA, Márcio Macêdo. Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos Cariris velhos da Paraíba (1930- 1960). João Pessoa, 2012. 221f. : il. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.



VIII Seminário Nacional
de Sociologia & Política

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-árido Paraibano. Revista NERA, ano 17710, n.10, 2007.

_____. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.